



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

“CMPCD”

FRANCA

Ao segundo dia do mês de dezembro, às 09horas, na sede da SEDAS - Secretaria Municipal de Ação Social reuniram-se os Conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência – CMPCD, para a vigésima quarta reunião ordinária no mês de Dezembro de 2014. Dando início à reunião, a 1ª Secretária Sandra fez a verificação de quorum e justificaram as ausências nesta reunião às conselheiras Virgínia, Viviane, Cristina e Simone. Devido às faltas justificadas não foi possível aprovar as atas das reuniões anteriores, assim ficou acordado encaminhá-las por email para que os conselheiros analisem e aprovem as mesmas. A reunião foi destinada para a discussão dos informes da Comissão Legislativa – Alteração da Lei de Criação, Regimento interno, Alteração do Fundo e Regimento Interno do Fundo para socializar o que foi trabalhado pela comissão e o que foi solicitado pelo Promotor Dr. Fernando Martins, a fim de incluir na alteração para gerenciar os recursos do fundo. A Comissão não conseguiu se reunir. A próxima reunião está prevista para o dia quatro de dezembro, na quinta-feira. Dando continuidade na pauta, em relação aos informes da Comissão do Fórum de Inclusão Produtiva, juntamente, com a Camila do Magazine Luiza. Houve avanços nas discussões, agendaram algumas ações e alinharam as ideias das reuniões preparatórias sobre o que os parceiros irão colaborar nas discussões e, principalmente, as inclusões de sucesso nas experiências do Magazine Luiza servindo de exemplo para futuras inclusões em vários segmentos. Discutiu-se muito sobre o processo da transição das crianças e adolescentes com deficiência da Rede Municipal para a Rede Estadual, a partir do sexto ano do Ensino Fundamental II e a preocupação de alguns pais nessa continuidade de atendimento à Pessoa com Deficiência. Levantaram alguns pontos deflagrados: acessibilidade, gerenciamento de verbas em projetos, previsão de quantidade de PCDs por ano para a Rede Estadual, avaliações para PCDs, principalmente, a deficiência intelectual e encaminhamentos para a APAE de algumas PCDs que foram encaminhados a Rede Estadual. Foi sugerido enviar um ofício a Diretoria de Ensino solicitando a presença de um responsável para comparecer em uma reunião ordinária do CMPCD para esclarecimentos sobre a proposta de atendimento e o que a Secretaria de Educação do Estado em conjunto com a Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência oferece aos PCDs. Socializou o Ofício nº 477/2014 recebido da SME sobre os esclarecimentos do cadastramento das oito salas de recursos equipadas, mas ainda fechadas em Franca. A SME informou que: as salas de recursos da região Norte das escolas Professora Olívia Corrêa Costa, Sueli Contini Marques, Miter Maier estão cadastradas na EMEB Maria Ângela Davi Henrique dos Santos devido à questão de espaço, mas a transferência já está sendo providenciada junto ao MEC e a EMEB Valeriano Gomes do Nascimento – CAIC. As escolas da região

40 Oeste Professor Nelson Damasceno e Etelgina não são necessárias devido ao
41 mapeamento de demanda. Na região Leste possui a sala da EMEB César Augusto de
42 Oliveira e Dr. Rubens Zunstein. Será necessária a contratação de profissionais
43 pedagogos e/ou professores da Educação Especial. O Conselho encaminhará
44 novamente o ofício solicitando esclarecimentos sobre quais medidas serão realizadas
45 em relação às contratações de novos profissionais e qual a data prevista para tais
46 contratações. Foi sugerida a análise e parecer da proposta relativa à aprovação da Lei
47 do Vereador Zezinho, que disponibiliza macas apropriadas em supermercados e
48 estabelecimentos de ensino para a troca de fraldas de Pessoa com Deficiência Física na
49 fase adulta, a fim de ser votada na Câmara Municipal. Foi socializada toda a tramitação
50 da Procuradoria Jurídica, Secretaria de Saúde e a solicitação do parecer da SEDAS.
51 Sendo assim, o CMPCD se posicionou em enviar um ofício ao vereador para esclarecer
52 qual demanda de usuários. Foi socializado ao Conselho sobre o Busalert que é um
53 aplicativo para dispositivos móveis – tablet ou celular- desenvolvido para auxiliar o
54 passageiro com deficiência, principalmente o deficiente visual no monitoramento de
55 distância e/ou tempo de chegada entre ônibus mais próximo e o ponto de ônibus onde
56 ele se encontra, assunto que foi levantado na Audiência com o Promotor Dr. Fernando
57 Martins. A conselheira Viviane ficou de entender melhor esse aplicativo e trazer
58 informações para o Conselho analisar. O conselheiro e presidente Fernando destacou
59 que na cidade de Ribeirão Preto esse aplicativo já está funcionando. Fernando trouxe
60 para discussão no Conselho sobre os laudos médicos recusados para conseguir cadeira
61 de rodas para cadeirantes. Foi definido que o CMPCD encaminhará um ofício para
62 entender qual o protocolo e/ou critérios utilizados na emissão/fornecimento desses
63 laudos pela Secretaria de Saúde e/ou quais outros órgãos responsáveis. Foram
64 socializados os seguintes informes: o calendário das reuniões do CMPCD para o ano de
65 2015; a divulgação do Seminário Regional do Projeto – Todos pelos Direitos - no dia
66 05/12 e a solicitação da presença das conselheiras Viviane e Simone; sobre a
67 implantação do Centro Especializado em Reabilitação – APAE credenciada pelo
68 Ministério da Saúde, onde oferecerá diagnóstico, tratamento e adaptação de próteses;
69 a Medida Provisória 658 de 29/10/2014 sobre a prorrogação do início da vigência da
70 Lei 13019/2014 que trata das parcerias com entidades para o desenvolvimento de
71 ações na área de Assistência Social; devolutiva da Audiência Pública do CMAS na
72 prestação de contas das entidades; devolutiva da Reunião da Comissão Intersetorial de
73 elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente de Franca;
74 devolutiva da participação da conselheira Karla no Fórum Franca é D+; prestações de
75 contas do CMPCD para apresentação em fevereiro. Foi informado sobre as legislações:
76 Lei nº 8192 de 07/11/2014 sobre a instituição do Programa Municipal de Fisioterapia
77 Preventiva, como atividade multidisciplinar nas ações de promoção, prevenção e
78 recuperação da saúde pública aplicada nas UBS's e a Lei nº 8177 de 20/10/2014 –
79 sobre a concessão de benefícios aos usuários do SUS, através de auxílio financeiro para
80 custeio parcial das despesas do Programa de Tratamento Fora do Domicílio – PTFD, em

81 atendimento à portaria SAS/SNS 055 de 24/02/99. Nada mais a registrar a reunião foi
82 finalizada por mim Sandra Cristina Calandria Pedigone, lavrada e segue assinada por
83 mim e demais presentes. Franca, 02 de dezembro de 2014.